

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Apenas 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos, no AM

Veículo: D24AM

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/apenas-25-construtoras-estao-certificadas-para-receber-recursos-publicos-no-am/>

ECONOMIA

Publicado em 29 de agosto de 2018 às 18:39

Apenas 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos, no AM

Certificação do PBQP-H é obrigatória para empresas que queiram firmar contratos com o poder público ou receber financiamento em algumas instituições financeiras

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br



Manaus – O Amazonas tem aproximadamente 3 mil empresas cadastradas como sendo da área da construção civil e, desse total, apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. O programa é pré-requisito para empresas que firmam contratos com o poder público ou que queiram financiamento de bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal (CEF).



apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. (Foto: Sandro Pereira/Diário do Amazonas)

Conforme o consultor de empresas João Luis Bezerra, da Eetika Capacitação Profissional, em 2015, o número de construtoras certificadas pelo programa passava de cem, no Amazonas. O PBQP-H é um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, com o objetivo de organizar o setor de construção civil em torno da melhoria da qualidade das obras de habitação e da modernização produtiva. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, exige construtoras que seguem comprovadamente o PBQP-H.

“A ideia da certificação é exatamente garantir que a empresa construtora seja organizada e consiga gerar resultados com a certificação. Alguns órgãos públicos, principalmente federais, exigem nas licitações a certificação. Alguns bancos exigem o certificado na hora de liberar a verba para que o cliente da construtora possa financiar o imóvel ou que a construtora consiga financiar a obra”, explicou Bezerra.

Nesta semana, Bezerra, que é de Fortaleza (CE), está fazendo consultoria, em Manaus, sobre a nova versão do programa. Na noite desta terça-feira (28), ele palestrou para um grupo de funcionários de empresas associadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-AM), entidade responsável em dar suporte ao PBQP-H no Estado.

“Essa é uma certificação que o sindicato cobra, tanto dos organismos estaduais como municipais e até federais, que exijam essa certificação para que a gente tenha uma qualificação equilibrada entre as empresas que concorrem a obras. Tem muita empresa que não segue norma de qualidade e concorre de igual para igual com aquelas empresas que investem, que têm normatização”, afirmou o presidente da instituição, Frank Souza.

Durante o workshop ‘O PBQP-H MUDOU! Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018’, o consultor detalhou as mudanças da nova versão do programa, que passarão a ser exigidas a partir do próximo ano. “A versão 2018 vai ser obrigatória a partir de junho de 2019. As construtoras que passarem por certificação, auditoria de manutenção ou de certificação no primeiro semestre de 2019, ainda podem fazer na versão antiga, de 2017. As empresas que têm auditoria no segundo semestre de 2019, obrigatoriamente, serão auditadas na nova versão. Não tem como fazer na versão antiga”, explicou.

Uma das principais exigências da nova versão é a compatibilização com a ISO 9001:2015. “Algumas construtoras, com a nova versão da ISO 9001, desistiram da certificação porque a norma trata muito sobre gestão. Essas empresas que desistiram vão ter que fazer a adaptação no sistema de gestão. Então, das principais mudanças, a adaptação da ISO 9001:2015 com o PBQP-H unificará a certificação como se fosse uma norma só”, ressaltou o consultor.

De acordo com Bezerra, em média, o processo de implantação da certificação do PBQP-H dura de oito a 12 meses, mas isso depende do engajamento dos gestores. “Tem clientes que quando a direção está bem envolvida, conseguem se certificar em três meses. Já tive clientes que se certificaram em três meses, outros se certificaram em dois anos, porque cada empresa tem uma realidade diferente. Não existe uma regra. A ideia é que a direção da empresa esteja envolvida, porque a certificação sai mais rápido e ela consegue ter um resultado mais promissor”, disse.

João Luis Bezerra, que tem 20 anos de experiência no mercado e é auditor líder de Sistema Integrado de Gestão (ISO 9001 + 14001 + 18001 + PBQP-H), deve firmar parceria com o Sinduscon-AM para realizar mais palestras e treinamentos em Manaus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Apenas 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos, no AM

Veículo: Portal Marcos Santos

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2018/08/29/apenas-25-construtoras-estao-certificadas-para-receber-recursos-publicos-no-am/>

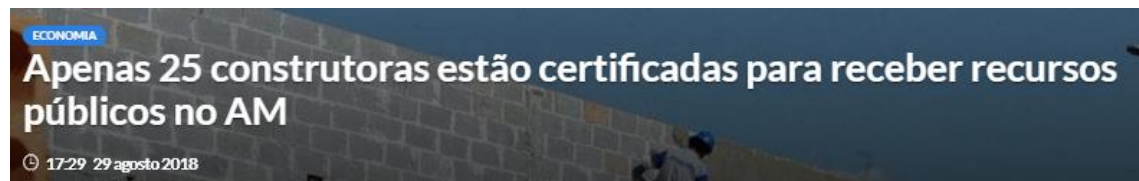


Foto: Divulgação

O Amazonas tem aproximadamente 3 mil empresas cadastradas como sendo da área da construção civil e, desse total, apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. O programa é pré-requisito para empresas que firmam contratos com o poder público ou que queiram financiamento de bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal (CEF).

Conforme o consultor de empresas João Luis Bezerra, da Eetika Capacitação Profissional, em 2015, o número de construtoras certificadas pelo programa passava de cem, no Amazonas. O PBQP-H é um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, com o objetivo de organizar o setor de construção civil em torno da melhoria da qualidade das obras de habitação e da modernização produtiva. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, exige construtoras que seguem comprovadamente o PBQP-H.

“A ideia da certificação é exatamente garantir que a empresa construtora seja organizada e consiga gerar resultados com a certificação. Alguns órgãos públicos, principalmente federais, exigem nas licitações a certificação. Alguns bancos exigem o certificado na hora de liberar a verba para que o cliente da construtora possa financiar o imóvel ou que a construtora consiga financiar a obra”, explicou Bezerra.

Nesta semana, Bezerra, que é de Fortaleza (CE), está fazendo consultoria, em Manaus, sobre a nova versão do programa. Na noite desta terça-feira (28), ele palestrou para um grupo de funcionários de empresas associadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON-AM), entidade responsável em dar suporte ao PBQP-H no Estado.

“Essa é uma certificação que o sindicato cobra, tanto dos organismos estaduais como municipais e até federais, que exijam essa certificação para que a gente tenha uma qualificação equilibrada entre as empresas que concorrem a obras. Tem muita empresa que não segue norma de qualidade e concorre de igual para igual com aquelas empresas que investem, que têm normatização”, afirmou o presidente da instituição, Frank Souza.

Durante o workshop ‘O PBQP-H MUDOU! Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018’, o consultor detalhou as mudanças da nova versão do programa, que passarão a ser exigidas a partir do próximo ano. “A versão 2018 vai ser obrigatória a partir de junho de 2019. As construtoras que passarem por certificação, auditoria de manutenção ou de certificação no primeiro semestre de 2019, ainda podem fazer na versão antiga, de 2017. As empresas que têm auditoria no segundo semestre de 2019, obrigatoriamente, serão auditadas na nova versão. Não tem como fazer na versão antiga”, explicou.

Uma das principais exigências da nova versão é a compatibilização com a ISO 9001:2015. “Algumas construtoras, com a nova versão da ISO 9001, desistiram da certificação porque a norma trata muito sobre gestão. Essas empresas que desistiram vão ter que fazer a adaptação no sistema de gestão. Então, das principais mudanças, a adaptação da ISO 9001:2015 com o PBQP-H unificará a certificação como se fosse uma norma só”, ressaltou o consultor.

De acordo com Bezerra, em média, o processo de implantação da certificação do PBQP-H dura de oito meses a 12 meses, mas isso depende do engajamento dos gestores. “Tem clientes que quando a direção está bem envolvida, conseguem se certificar em três meses. Já tive clientes que se certificaram em três meses, outros se certificaram em dois anos, porque cada empresa tem uma realidade diferente. Não existe uma regra. A ideia é que a direção da empresa esteja envolvida, porque a certificação sai mais rápido e ela consegue ter um resultado mais promissor”, disse.

João Luis Bezerra, que tem 20 anos de experiência no mercado e é auditor líder de Sistema Integrado de Gestão (ISO 9001 + 14001 + 18001 + PBQP-H), deve firmar parceria com o SINDUSCON-AM para realizar mais palestras e treinamentos em Manaus.

Tags: 25, AM, Amazonas, certificadas, construção civil, construtoras, Estado, Manaus, Minha Casa Minha Vida, receber, recursos públicos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: No Amazonas, só 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos

Veículo: Radar Amazônico

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://radaramazonico.com.br/no-amazonas-so-25-construtoras-estao-certificadas-para-receber-recursos-publicos//>

29 DE AGOSTO DE 2018

No Amazonas, só 25 construtoras estão certificadas para receber recursos públicos



O Amazonas tem aproximadamente 3 mil empresas cadastradas como sendo da área da construção civil e, desse total, apenas 25 construtoras estão certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades. O programa é pré-requisito para empresas que firmam contratos com o poder público ou que queiram financiamento de bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal (CEF).

Conforme o consultor de empresas João Luis Bezerra, da Eetika Capacitação Profissional, em 2015, o número de construtoras certificadas pelo programa passava de cem, no Amazonas. O PBQP-H é um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, com o objetivo de organizar o setor de construção civil em torno da melhoria da qualidade das obras de habitação e da modernização produtiva. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, exige construtoras que seguem comprovadamente o PBQP-H.

“A ideia da certificação é exatamente garantir que a empresa construtora seja organizada e consiga gerar resultados com a certificação. Alguns órgãos públicos, principalmente federais, exigem nas licitações a certificação. Alguns bancos exigem o certificado na hora de liberar a verba para que o cliente da construtora possa financiar o imóvel ou que a construtora consiga financiar a obra”, explicou Bezerra.

Nesta semana, Bezerra, que é de Fortaleza (CE), está fazendo consultoria, em Manaus, sobre a nova versão do programa. Nessa terça-feira (28), ele palestrou para um grupo de funcionários de empresas associadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON-AM), entidade responsável em dar suporte ao PBQP-H no Estado.

Durante o workshop ‘O PBQP-H MUDOU! Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018’, o consultor detalhou as mudanças da nova versão do programa, que passarão a ser exigidas a partir do próximo ano. “A versão 2018 vai ser obrigatória a partir de junho de 2019. As construtoras que passarem por certificação, auditoria de manutenção ou de certificação no primeiro semestre de 2019, ainda podem fazer na versão antiga, de 2017. As empresas que têm auditoria no segundo semestre de 2019, obrigatoriamente, serão auditadas na nova versão. Não tem como fazer na versão antiga”, explicou.

Uma das principais exigências da nova versão é a compatibilização com a ISO 9001:2015. “Algumas construtoras, com a nova versão da ISO 9001, desistiram da certificação porque a norma trata muito sobre gestão. Essas empresas que desistiram vão ter que fazer a adaptação no sistema de gestão. Então, das principais mudanças, a adaptação da ISO 9001:2015 com o PBQP-H unificará a certificação como se fosse uma norma só”, ressaltou o consultor.

De acordo com Bezerra, em média, o processo de implantação da certificação do PBQP-H dura de oito meses a 12 meses, mas isso depende do engajamento dos gestores. “Tem clientes que quando a direção está bem envolvida, conseguem se certificar em três meses. Já tive clientes que se certificaram em três meses, outros se certificaram em dois anos, porque cada empresa tem uma realidade diferente. Não existe uma regra. A ideia é que a direção da empresa esteja envolvida, porque a certificação sai mais rápido e ela consegue ter um resultado mais promissor”, disse.

João Luis Bezerra, que tem 20 anos de experiência no mercado e é auditor líder de Sistema Integrado de Gestão (ISO 9001 + 14001 + 18001 + PBQP-H), deve firmar parceria com o SINDUSCON-AM para realizar mais palestras e treinamentos em Manaus.

Com informações da assessoria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Projeto de Revisão ABNT NBR 6120 - Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações foi adicionado à Consulta Nacional neste mês de agosto

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

Projeto de Revisão ABNT NBR 6120 - Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações foi adicionado à Consulta Nacional neste mês de agosto



Consta em consulta nacional, até o próximo dia 23 de outubro, o Projeto de Revisão da ABNT NBR 6120 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações, elaborado pela

Comissão de Estudo CE-002:124.011 do Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-002). Após aprovada, a revisão cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 6120:1980 Versão corrigida: 2000). É importante lembrar que até sua aprovação a referida edição continua em vigor.

A Norma estabelece as ações mínimas a serem consideradas no projeto de estruturas de edificações, qualquer que seja sua classe e destino, salvo os casos previstos em Normas Brasileiras específicas (ABNT NBR 6123, ABNT NBR 15421, ABNT NBR 14323 e ABNT NBR 15200).

O Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (Gant) da Comat/CBIC acompanhou a revisão da norma e, por meio do Portal de Normas Técnicas da CBIC, informou aos "seguidores" o status do projeto e as reuniões que aconteceram para sua revisão. Para acompanhar as normas em revisão e em Consulta Nacional do setor da construção acesse www.cbic.org.br/normasdaconstrucao. As ações do GANT estão contidas no Projeto Gestão das Normas Técnicas do setor, uma iniciativa da CBIC e do Senai Nacional.

Participe da Consulta Nacional! Para acessar o Projeto de Revisão da ABNT NBR 6120, [clique aqui](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Projeto de Revisão ABNT NBR 6120 - Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações foi adicionado à Consulta Nacional neste mês de agosto

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

Agentes financeiros participam da reunião da Comissão da Indústria Imobiliária da CBIC em São Paulo



Representantes de três importantes agentes financeiros do mercado imobiliário – Bradesco, Caixa e Santander – participaram ontem (29/08), em São Paulo, da reunião da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), presidida por Celso Petrucci. Reunidos na sede do Secovi-SP, cerca de 50 representantes do setor da construção de 14 estados do País assistiram às apresentações dos três agentes financeiros, relacionadas ao cenário macroeconômico e à atuação de cada um dos bancos no mercado imobiliário. Todos os três se mostraram confiantes sobre a reação do mercado e revelaram como pretendem atuar até o final do ano e em 2019.

Os membros da CII também assistiram à exposição dos indicadores Imobiliários Nacionais da CBIC, referentes ao segundo trimestre de 2018. Ao apresentar o resultado da pesquisa, a empresa Brain, contratada pelo projeto da CII/CBIC, com correalização do Senai, destacou a diminuição da oferta de imóveis, com o aumento de vendas, maior que os lançamentos. Chamou atenção para o fato de que, se mantida a média de vendas do trimestre, o estoque acaba em 12 meses. Apesar de não ser uniforme em todo o Brasil, foi registrado aumento de vendas na maioria dos locais pesquisados. Também foi ressaltada a grande participação de produtos econômicos enquadrados no Programa Minha Casa Minha Vida, principalmente nos últimos lançamentos e vendas.

unidades com três quartos, o que faz crer no aumento do preço de venda desse tipo de unidades nos próximos trimestres.

Durante a reunião ainda foram ressaltadas questões que têm consumido muito tempo das entidades e empresas do setor, tempo esse que deveria estar sendo usado na busca por resultado, como: distratos, cobrança de comissão do adquirente, mudanças no plano diretor, resoluções de ministérios, órgãos governamentais e agências como Aneel, Iphan e questões de ameaça ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Foi apresentado vídeo do 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que será realizado pela CBIC, em maio de 2019, no Rio de Janeiro. Com novo formato, a previsão é de que o Enic alcance mais de 3 mil inscritos. Além da possibilidade de se fechar negócios durante o próprio evento, as reuniões das Comissões Técnicas da CBIC, que antes eram realizadas na parte da tarde, agora serão na parte da manhã.

Antes da reunião, os membros da Comissão também tiveram a oportunidade de participar do *1º Seminário em Movimento – Evento Globo e Secovi-SP*, na parte da manhã, no qual foram abordados problemas e possíveis soluções para questões urbanísticas, de mobilidade e sustentabilidade das cidades, com apresentação de soluções encontradas para cidades de sucesso. A preocupação com a qualidade de vida do cidadão apareceu como principal foco, na busca por cidades melhores para se viver.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, ressaltou a importância da produção dos indicadores e a credibilidade que vêm ganhando, ao citar que tanto o Bradesco quanto a Revista Veja já usam e citam dados da pesquisa em seus relatórios. A última divulgação dos indicadores, durante coletiva de imprensa no dia 20 de agosto, obteve mais de 13 mil visualizações pelo Facebook CBIC Brasil.

De acordo com a pesquisa, o segundo trimestre atingiu o maior patamar de vendas da série histórica. A velocidade no aumento das vendas tem se intensificado nos últimos trimestres. Destaque para Manaus, Maceió, São Luis e Região Metropolitana de Goiânia. Com relação à oferta, houve redução na maioria dos locais. A série histórica da pesquisa mostra que a oferta se reduz de maneira intensa a cada seis meses, com uma maior aceleração nos últimos trimestres. Também foi destacada a grande participação das unidades com dois quartos nos lançamentos de imóveis (72% - recorde de participação), bem como a crescente participação das unidades com um quarto, e a diminuição de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais empresas abertas no AM

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Apesar da alta, insegurança jurídica ainda limita maior avanço do empreendedorismo na capital do Estado

Mais empresas abertas no AM

ANDRÉIA LEITE

redacao@jcam.com.br

O Amazonas fechou o mês de julho com 3.007 empresas abertas, o que representa 16,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. As empresas fechadas tiveram redução de 63,9%. Os dados são da Jucea (Junta Comercial do Amazonas).

Apesar do índice positivo, o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas) Ismael Bicharra Filho, disse que para o período os números ainda não estão satisfatórios.

“Estamos enfrentando uma crise muito difícil, em especial no Amazonas, principalmente na ZFM (Zona Franca de Manaus). O crescimento deveria ser bem mais do que o apresentado, por conta do segundo semestre que é um crescimento de grandes setores. Têm os dissídios coletivos, décimo terceiro, as empresas investem mais, e ampliam as que já

estão constituídas”, pontuou. Bicharra ressaltou ainda que a insegurança jurídica ainda é o principal aspecto para quem pensa em abrir novos negócios.

Mas acredita que o cenário pode mudar principalmente para o interior do Estado, com aberturas de novas empresas com o trabalho que a Jucea vem executando. “Os entraves

que limitam a abertura de novos negócios devem sofrer alterações e facilitar quem tem vontade de abrir seu próprio negócio. Estamos bastante motivados na perspectivas de boas mudanças”,

O próprio empreendedor não faz estudo de mercado, esse é um ritual para poder abrir um negócio

disse.

O presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia), Mourão Júnior credita dois fatores primordiais para o levantamento das empresas extintas. “O próprio empreendedor, não faz estudo de mercado, esse é um ritual para poder abrir um negócio. Nem toda ideia gera retorno financeiro, precisa ter mecanismos de suporte para ajudar”,



Foto: L. L. L. L.

As empresas fechadas tiveram redução de 63,9%, segundo a Junta Comercial do Amazonas

ressaltou.

Outra questão é a própria recessão econômica, isso reflete em muitos aspectos. “Esses microempreendedores geram empregos, a queda dessas empresas retraem as oportunidades. Alta do dólar, baixo crescimento produtivo e desemprego em alta, complica mais ainda”, lembrou.

Mourão disse que o MEI e o

Simples, não tem crescimento, continuam deixando a desejar por não terem uma política tributária que incentive as MPÉs. Ele lembra que muita gente aproveitou o dinheiro da rescisão para investir em um novo negócio, porém sem preparo para entender o mecanismo acaba falindo. “A preparação para o empreendedorismo é primordial”, concluiu.

Para o consultor empresarial, Osires Silva, os números são bem relativos. Mas declara que o reflexo do desemprego é oportunidade para novos negócios. “Muitos desempregados estão correndo atrás de abrir o próprio negócio. O FGTS vem em boa hora, ajuda essas pessoas.

Algumas que tem habilidade técnica, aliás, acredito que

um grande número de pessoas que dominam algum tipo de técnica estão preparadas para investir em qualquer segmento que seja. Uma banca de celular, um carrinho de pastel, venda de cachorro quente, e por aí vai. Elas estão buscando um meio de sobreviver”, falou o consultor.

De acordo com o Sebrae até final de 2017 no Amazonas foram contabilizadas 39.100 MEs (microempresas). A expectativa de 2018 é que o Amazonas feche o mesmo dado com 40.878 MEs.

Dados

Segundo levantamento da Jucea, entre janeiro e julho deste ano foram extintas 1.236 empresas, enquanto no mesmo período de 2017 outras 3.420 fecharam no Estado. Uma média mensal de fechamento de 488 empresas.

Já no primeiro bimestre houve registro de redução do fechamento de empresas e o economista Luiz Bacellar disse que era um dos primeiros sinais da recuperação econômica, estimulada pelo consumo, vendas e produção industrial.

Foram constituídas 2.591 empresas de janeiro a julho do ano passado, enquanto 3.007 empresas foram abertas no mesmo período deste ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Liberdade para gestão da atividade-fim

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Por 7 a 4, STF decide que terceirização irrestrita é lícita e constitucional

Liberdade para gestão da atividade-fim

O STF (Supremo Tribunal Federal) declarou nesta quinta-feira (30), que a terceirização irrestrita é lícita e constitucional e vale mesmo para processos ingressados antes das mudanças feitas na legislação em 2017. Por sete votos a quatro, os ministros decidiram que empresas podem contratar trabalhadores terceirizados para desempenhar qualquer atividade, inclusive as chamadas atividades-fim. Fica prevista, como na legislação atual, a responsabilidade subsidiária da

empresa contratante.

Ao final do julgamento, o ministro Luís Roberto Barroso esclareceu que a decisão do STF não afeta os processos que já transitaram em julgado.

A questão foi analisada através de duas ações apresentadas à Corte antes das alterações legislativas de 2017, que autorizam a terceirização de todas as atividades. Formaram maioria os votos dos ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Quatro foram contrários, os ministros Rosa

Ministro Luís Roberto Barroso esclareceu que a decisão do STF não afeta os processos que já transitaram em julgado



Ministros do Supremo precisaram de três sessões para concluir os votos

Weber, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello.

Votaram nesta quinta --5ª sessão dedicada ao tema --os ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Em seu voto, o decano destacou que a importância da possibilidade de terceirização irrestrita está no poder da medida “manter e ampliar postos de trabalho”, listando uma série de vantagens que a autorização implica no mercado, como a diminuição de custos aos negócios.

“Se serviços e produtos de empresas brasileiras se tornam custosos demais, a tendência é que o consumidor busque os produtos no mercado estrangeiro, o que a médio e longo prazo afeta os índices da economia e os postos de trabalho”, assinou Celso.

A ministra Cármen Lúcia também defendeu que não há precarização na terceirização de todas as funções: “A terceirização não é a causa da precarização do trabalho nem viola por si a dignidade do trabalho”, afirmou Cármen Lúcia. Barroso e Fux, que votaram na semana passada, são os relatores das duas ações analisadas pela Corte. Uma delas, por ter repercussão geral, irá destravar cerca de 4 mil processos trabalhistas que estavam aguardando a palavra do STF.

As ações em pauta no STF contestavam decisões da Justiça do Trabalho que vedam a terceirização de atividade-fim baseadas na súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Antes da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, a súmula era a única orientação

dentro da Justiça do Trabalho em torno do tema. No entanto, mesmo após as inovações de 2017, tribunais continuaram decidindo pela restrição da terceirização, com base no texto do TST.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a palavra do STF deve servir para pacificar e uniformizar a questão na Justiça trabalhista. Apesar de não ter julgado as alterações legislativas aprovadas em 2017 (Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista), a decisão do STF sinaliza como os ministros irão analisar as ações que questionam a terceirização irrestrita autorizada no ano passado pelo Congresso. Essas ações estão sob relatoria de Gilmar, que votou pela possibilidade das empresas terceirizarem todas as atividades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Vedacit vai acelerar e investir R\$ 100 mil em startups

Veículo: DCI

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.dci.com.br/empreendedorismo/vedacit-vai-acelerar-e-investir-r-100-mil-em-startups-de-construc-o-1.736553>

ACELERAÇÃO



Vedacit vai acelerar e investir R\$ 100 mil em startups de construção

Vedacit Labs vai selecionar cinco iniciativas para impulsionar a partir de março de 2019



O edital será lançado no site da Vedacit Lab. O programa terá início em março de 2019

FOTO: DREAMSTIME

GIOVANNA BUENO DAGNINO • SÃO PAULO

Publicado em 30/08/18 às 19:09

A Vedacit, empresa de produtos para a construção civil, lançará em 24 de setembro o edital para o programa de aceleração Vedacit Lab. Serão selecionadas cinco startups de construção (construtechs) para receberem, cada uma, investimento de R\$ 100 mil.

Poderão se inscrever no programa projetos de IoT (Internet das Coisas) e Inteligência Digital (BIM, E-Commerce, CRM, IA). Também serão selecionadas plataformas para a capacitação de pedreiros, aplicativos, indicação de profissionais ou serviços para diagnóstico e gestão e monitoramento em obras.

Além disso, poderão participar startups com soluções para impermeabilizar sistemas de captura e reuso de água, serviços para habitações de baixa renda e para a melhoria dos processos de impermeabilização.

Juntamente com o investimento de R\$ 100 mil, as construtechs participantes contarão com seis meses de residência no co-working WeWork, em São Paulo, e quatro meses de aceleração em parceria com a Liga Ventures.

O edital será lançado no site da Vedacit Lab. O programa terá início em março de 2019.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: STF decide que é constitucional emprego de terceirizados na atividade-fim das empresas

Veículo: G1

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/mercado-ja-espera-que-economia-cresca-em-torno-de-1-em-2018.ghtml>

STF decide que é constitucional emprego de terceirizados na atividade-fim das empresas

Quatro mil ações contestavam entendimento do Tribunal Superior do Trabalho segundo o qual era proibido terceirizar a atividade principal da empresa e aguardavam resultado do julgamento.



Supremo decide: empresas podem terceirizar todas as atividades

○ plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (30), por 7 votos a 4, que é constitucional o emprego de terceirizados na atividades-fim das empresas.

Isso já era permitido desde o ano passado, quando o presidente Michel Temer sancionou a **lei da reforma trabalhista**, que permite a terceirização tanto das chamadas atividades-meio (serviços de limpeza e segurança em uma empresa de informática, por exemplo) quanto das atividades-fim.

Mas havia um impasse em relação a 4 mil ações anteriores à lei da reforma trabalhista que questionavam entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vigor desde 2011, segundo o qual era proibido terceirizar a atividade-fim. Agora, essas ações, que tramitam em várias instâncias da Justiça, deverão ter resultado definitivo favorável às empresas.

Para a maioria dos ministros do STF, a opção pela terceirização é um direito da empresa, que pode escolher o modelo mais conveniente de negócio em respeito ao princípio constitucional da livre iniciativa. Segundo a compreensão da maioria, a terceirização não leva à precarização nas relações de trabalho.

A decisão do Supremo foi tomada no julgamento de duas ações apresentadas por empresários e que pediam a derrubada das decisões do TST que proibiam a terceirização das atividades-fim.

No julgamento, os ministros do STF mantiveram um outro entendimento do TST – o de que a empresa que terceirizar será responsabilizada em caso de não pagamento de direitos trabalhistas pela empresa fornecedora da mão-de-obra.

O Supremo decidiu também que a decisão vale apenas para casos que tramitam atualmente na Justiça e que ainda estão pendentes de decisão ou recurso.

Ou seja, o entendimento que considera constitucional a terceirização de atividade-fim não permitirá reabertura de processos que já transitaram em julgado (quer dizer, dos quais não cabe mais recurso, mesmo que as empresas tenham sido eventualmente punidas).

Da decisão do STF, cabem os chamados "embargos de declaração", recursos que servem para esclarecer pontos da decisão. Esse recurso só pode ser apresentado após a publicação do resultado do julgamento – pelo regimento, isso tem prazo de dois meses para acontecer.

Os votos dos ministros

Votaram **a favor** de liberar a terceirização em quaisquer atividades da empresa

- Luís Roberto Barroso
- Luiz Fux
- Alexandre de Moraes
- Dias Toffoli
- Gilmar Mendes
- Celso de Mello
- Cármen Lúcia

Votaram **contra** liberar amplamente a modalidade de contratação:

- Luiz Edson Fachin
- Rosa Weber
- Ricardo Lewandowski
- Marco Aurélio Mello

O resultado do julgamento não provoca efeito direto na lei que permite a terceirização, em vigor desde o ano passado.



Mas a decisão do Supremo pode ser um indicativo de como o tribunal vai se posicionar em ações contra a terceirização – o STF já recebeu três, todas sob relatoria do ministro Gilmar Mendes.

O julgamento

O Supremo necessitou de cinco sessões para concluir o julgamento, que começou há duas semanas, com sustentações orais. Faltavam os votos de dois ministros, que se pronunciaram nesta quinta – Celso de Mello e Cármen Lúcia.

Saiba como se posicionaram os 11 ministros, de acordo com a ordem de votação:

Luís Roberto Barroso - "Direitos básicos não podem ser afastados – piso salarial, segurança no trabalho, férias, fundo de garantia. Tudo isso são direitos fundamentais assegurados e não estão em discussão aqui. [...] A questão é saber se é bom para negócio que atividades sejam prestadas pelo terceiro. Isso não é direito, isso é economia, não há como fugir desse modelo. O modelo de produção flexível é realidade em todo o mundo."

Luiz Fux - "As leis trabalhistas devem ser observadas. Não haverá a mínima violação aos direitos dos trabalhadores consagrados constitucionalmente. (...) [A terceirização] é uma estratégia garantida pela Constituição de configuração das empresas para fazer frente às exigências dos consumidores, minimizando o risco da atividade."



Alexandre de Moraes - "Não há no sistema capitalista, não compete ao Estado determinar um único modo de organização e fluxo de organização, compete ao empreendedor. (...) Todas as atividades dentro do fluxo de produção, todas, absolutamente todas contribuem para o resultado final. Podemos ter atividades principais e secundárias. Essa classificação é muito mais moderna do que atividade meio e atividade fim."

Luiz Edson Fachin - "Julgo inválidas as contratações de mão de obra terceirizada na atividade-fim das empresas, especialmente se considerando o que alteração desse cabedal normativo cabe, como efetivamente depois o exercitou, ao poder competente, o Poder Legislativo, debatida a questão com todos os processos envolvidos no processo de modificação estrutural no sistema de relações trabalhistas no campo jurídico, econômico e social."

Rosa Weber - "Na atual tendência observada pela economia brasileira, a liberalização da terceirização em atividades fim, longe de interferir na curva de emprego, tenderá a nivelar por baixo nosso mercado de trabalho, expandindo a condição de precariedade hoje presente nos 26,4% de postos de trabalho terceirizados para a totalidade dos empregos formais."

Dias Toffoli - "É óbvio que isso não quer dizer que nós temos que ir à precarização as relações de trabalho, nem à desproteção do trabalhador. Mas é uma realidade econômica, social que perpassa todos os países industrializados do mundo, especialmente os industrializados. E o Brasil é um deles."

Ricardo Lewandowski - "Acompanho integralmente a divergência aberta pelo ministro Edson Fachin e pela ministra Rosa Weber, que nos brindaram com votos que, a meu ver, esgotaram plenamente o assunto e deram resposta satisfatória colocada perante esta Suprema Corte."

Gilmar Mendes - "Se a Constituição Federal não impõe um modelo específico de produção, e uma das pedras angulares do sistema é a livre iniciativa, não faz qualquer sentido de manter as amarras de um modelo verticalizado, fordista, na contramão de um modelo global de descentralização. Isolar o Brasil desse contexto global seria condená-lo à segregação econômica numa economia globalizada."

Marco Aurélio Mello - "Hoje o mercado de trabalho é mais desequilibrado do que era em 1943, quando da promulgação da CLT e do afastamento da incidência das normas civilistas. Hoje nós temos escassez de empregos e mão de obra incrível, com um número indeterminado de pessoas desempregados."

Celso de Mello - "A terceirização, notadamente em face de sua nova e recente regulação normativa, não acarreta a temida precarização social do direito do trabalho, nem expõe trabalhador terceirizado a condições laborais adversas. Pode a terceirização constituir uma estratégia sofisticada e eventualmente imprescindível para aumentar a eficiência econômica, promover a competitividade das empresas brasileiras e, portanto, para manter e ampliar postos de trabalho."

Cármen Lúcia - "Eu não tenho dúvida de que a precarização do trabalho inviabilizando o pleno emprego contraria a Constituição. O que não me convence é que a terceirização prejudica o trabalho. Mas insisto que todo abuso a direitos, e especialmente quanto a valores do trabalho, tem formas de conter."

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo vende três distribuidoras da Eletrobras

Veículo: Em Tempo

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: 7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Governo vende três distribuidoras da Eletrobras



A greve dos urbanitários terminou, mas deve ser retomada em data próxima ao leilão da Eletrobras Distribuição Amazonas

Eletoacre, Ceron e Boa Vista Energia foram arrematadas em leilão ontem (30). Venda da Amazonas Distribuidora de Energia será em setembro

▼ Narittha Miguels e Agências

O governo privatizou as três distribuidoras de energia da Eletrobras que foram a leilão ontem (30). O consórcio Oliveira Energia - Atem foi o único a oferecer proposta pela distribuidora de Roraima, Boa Vista Energia. A empresa não ofereceu desconto tarifário ou pagamento de outorga à União para a obtenção da concessão. Já a Energisa levou as outras duas distribuidoras ofertadas no leilão na B3, em São Paulo.

Os trabalhadores da Eletrobras Distribuição Amazonas (Amazonas Energia) já se mobilizam para que o leilão marcado para o dia 26 de setembro seja adiado.

Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (STIU-AM), Edney Martins, a categoria esteve com as atividades paralisadas desde o dia 28. A greve terminou, mas deve ser retomada em data próxima ao novo leilão.

Martins explicou que, no momento, os trabalhadores estão procurando apoio de coligações políticas e jurídicas. "Apoios como esses são fundamentais para que consigamos suspender esse leilão do próximo dia 26. Precisamos nos manter firmes para que a privatização não aconteça, uma vez que essa decisão irá causar demissões em massa de mão de obra, além de aumentar a tarifa de energia no país", disse.

Privatização

Depois de conquistar a Eletoacre com a única proposta válida, a companhia também levou a distribuidora de

Rondônia, Ceron, com redução da tarifa, mas sem pagar qualquer valor ao Tesouro para obter a concessão.

A Energisa se dispôs a assumir uma parte da dívida que a Ceron detém junto ao fundo setorial RGR.

Ao conquistar as distribuidoras, a Energisa também se qualifica para disputar a Ceal, que opera em Alagoas e deve ser vendida pela Eletrobras em breve. O leilão dessa empresa, no entanto, ainda depende da resolução de um imbróglio judicial envolvendo o Governo de Alagoas e a União.

Depois de levar as distribuidoras Eletoacre e Ceron, a Energisa não participará do próximo certame, que envolverá a Amazonas Energia, disse o presidente da companhia, Ricardo Botelho.

Investimentos

A privatização das distribuidoras deve levar a um novo ciclo de investimentos nas três empresas, indicou o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira.

Segundo ele, os investimentos nos três Estados nos sistemas de distribuição devem alcançar R\$ 1,5 bilhão nos próximos cinco anos.

O montante foi anunciado não obstante os futuros novos proprietários das três distribuidoras - Energisa e Oliveira Energia - terem obrigação inicial de aporte de capital de cerca de R\$ 668 milhões. "São recursos adicionais, os estudos apontam a necessidade de R\$ 1,5 bilhão para cumprir as metas de qualidade", explicou.

Ele lembrou que as distribuidoras hoje enfrentam dificuldades de gestão e dificuldades de investimento e, por isso, entregam um serviço de baixa qualidade.

Além dos investimentos, Oliveira também salientou que a venda deve levar a uma redução dos passivos da estatal da ordem de R\$ 2,8 bilhões, que passará a ser passivo das empresas.

O presidente do BNDES lembrou que as distribuidoras acumularam prejuízo de mais de R\$ 20 bilhões em 20 anos e foram vendidas hoje após "algumas tentativas de privatização".

Juntas, as três distribuidoras atendem a cerca de 3 milhões de pessoas, comentou Oliveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo arrecada R\$ 92,4 milhões com imóveis

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Governo arrecada R\$ 92,4 milhões com imóveis

O governo federal arrecadou R\$ 92,4 milhões com a venda de 16 imóveis neste ano. O resultado parcial, pois os dados são até agosto, representa quase o dobro do valor levantado no ano passado com a alienação de 26 estruturas, registrado na casa de R\$ 47,1 milhões. As informações são do Ministério do Planejamento.

O aumento entre 2018 e 2017 foi de 96%. Em 2016, foram repassados 17 imóveis, com valor arrecadado de R\$ 17,4 milhões. Entre 2016 e 2018, o aumento foi de mais de 500%. Ontem (29), três imóveis foram alienados em Brasília, em operação que rendeu R\$ 67 milhões.

Aluguéis

O Executivo ocupa atualmente 8.500 imóveis em todo o país. E aluga 2.900 como forma de alocar secretarias, órgãos e outras estruturas que não encontram espaço nas estruturas existentes.

Se o montante obtido no ano passado foi de R\$ 47,1 milhões com a venda de imóveis, os gastos com aluguel,

em 2017, chegaram a R\$ 1,4 bilhão, quase 30 vezes mais que no ano anterior.

Economia

O recurso da venda de imóveis é direcionado ao caixa geral do Executivo, contribuindo, direta ou indiretamente, para o pagamento dos aluguéis. Segundo o Ministério do Planejamento, existem outras medidas para diminuir as despesas com a locação dessas estruturas. Entre 2017 e 2016, a economia foi de R\$ 150 milhões, informou à Agência Brasil o secretário de Patrimônio da União, Sidrack Correia. A meta é chegar a uma economia de 30% a 40% neste ano.

O ministério também começou a realizar permutas. O governo anuncia a demanda por uma estrutura para alocar um órgão ou um determinado quantitativo de equipes. Em troca, oferta terrenos ou prédios. Ao receber as propostas, a Caixa Econômica Federal avalia os bens em questão. Com base nisso, o governo pode, ou não, fechar um acordo com o proponente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado já prevê crescimento menor da economia em 2018, próximo de 1%

Veículo: G1

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

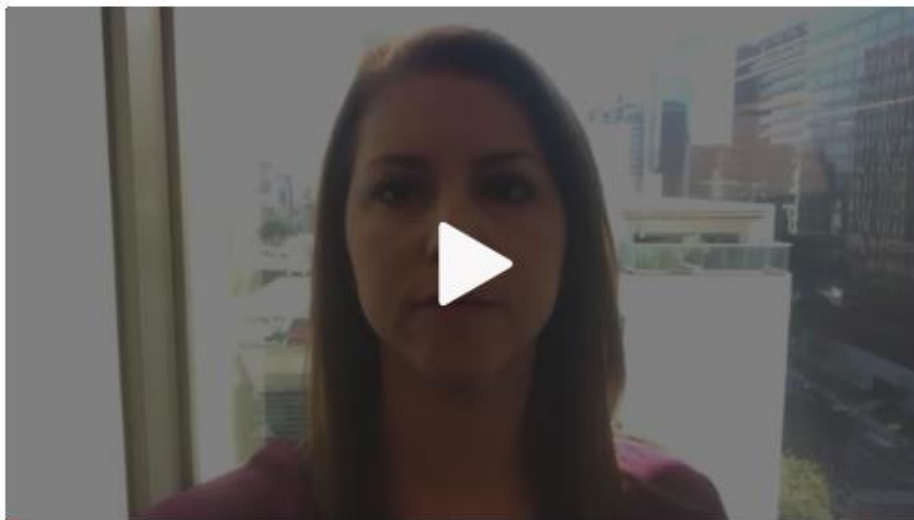
Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/mercado-ja-espera-que-economia-cresca-em-torno-de-1-em-2018.ghtml>

Mercado já prevê crescimento menor da economia em 2018, próximo de 1%

PIB avançou 0,2% no 2º trimestre; resultado do 1º trimestre foi revisado de alta de 0,4% para 0,1%.



Por Luísa Melo e Marta Cavallini
31/08/2018 10h40 - Atualizado agora



PIB do Brasil cresceu 0,2% no 2º trimestre. E eu com isso?

O crescimento de 0,2% da economia brasileira no 2º trimestre veio em linha com o esperado, mas a revisão para baixo dos números do 1º trimestre surpreendeu e sinaliza que as projeções do mercado para o PIB do ano todo devem ser reduzidas para um alta em torno de 1%, segundo economistas ouvidos pelo **G1**. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baixou de 0,4% para 0,1% o avanço da economia nos três primeiros meses do ano.

A atual estimativa Tendências é de uma alta de 1,7% no PIB do ano, mas pode ser revisada para um patamar abaixo dos **1,47% esperados pelo mercado** no último boletim Focus.

"Como derrubou muito no primeiro trimestre, por mais que a economia cresça no terceiro, e é esperada uma alta mais forte por causa do contraponto com a greve, é bem razoável que o mercado revise para baixo, porque a base mudou muito", diz Alessandra Ribeiro, economista da consultoria.

Nas contas dela, se a economia crescer 0,8% no segundo trimestre e 0,5% no quarto trimestre, o avanço no ano fica em torno de 1,2%.

Já o número do segundo trimestre vieram exatamente como esperado pela Tendências. "(Os dados) mostram que a greve dos caminhoneiros realmente deu uma boa quebrada (no ritmo de recuperação da economia). A indústria sofreu bem, especialmente a de transformação, muito por efeito da greve, e os serviços fizeram o contraponto positivo", afirma Alessandra.

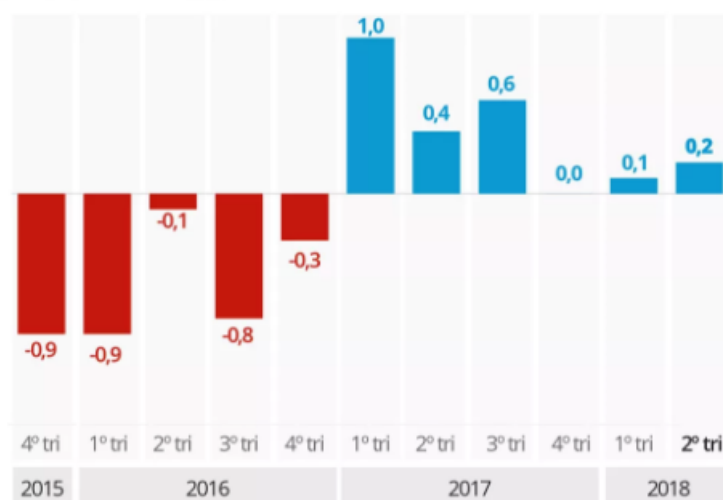
"(A greve) foi um tombo muito grande para uma economia que vinha timidamente se recuperando, endossa a professora de MBAs da Fundação Getulio Vargas (FGV), Virene Matesco.

Para ela, o resultado do PIB do segundo trimestre também já era esperado. "A recuperação está lenta. Estamos vivendo muitas incertezas internas e externas", diz. Por causa disso, ela prevê que o crescimento do ano fique entre 0,9% e 1%.

De acordo com a professora da FGV, apesar do crescimento tímido de 0,2% em relação ao trimestre anterior, que mostra baixa e tímida recuperação, olhando para o mesmo trimestre do ano anterior, sem os efeitos sazonais como a greve dos caminhoneiros, é possível notar uma recuperação – o crescimento foi de 1%, e nos últimos 12 meses, a variação é de 1,4%. "Ou seja, saímos da recessão, mas nada de grandes comemorações", afirma.

VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 31/08/2018

▣ Variação do PIB trimestral brasileiro (Foto: Karina Almeida/Arte G1)

Para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o elevado grau de incerteza decorrente de desfecho do cenário político tem contaminado as expectativas quanto ao desempenho da economia brasileira desde o primeiro trimestre. Com isso, a entidade revisou sua expectativa de crescimento do PIB para 2018 de 1,6% para 1,3%.

A expectativa foi revista para baixo, segundo a CNC, após a confirmação do fraco desempenho da economia no segundo trimestre e se baseia na percepção de que o atual processo de desvalorização do real deverá somar-se às pressões nos preços das tarifas, contaminando a inflação e, conseqüentemente, tornando iminente o início de um novo ciclo de aperto monetário.

"Embora esse tenha sido o sexto trimestre sem quedas no PIB, a economia apresentou claras dificuldades em acelerar o ritmo de crescimento nos últimos três trimestres. Diante do modesto avanço, o nível atual de geração de riqueza gerada no país equivale àquele observado em 2011 e encontra-se 6% abaixo do pico de produção verificado no período pré-recessivo", explica Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da confederação.

Investimento preocupa

Na visão do economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, apesar de prevista, a queda de 1,8% nos investimentos das empresas (Formação Bruta de Capital Fixo) é o movimento que mais preocupa no segundo trimestre.

"Esse é o pior sinal. Porque, obviamente, uma economia que não investe não cresce e, pior, não gera emprego". Ele esperava investimento zero neste ano, mas diz que vai rever a previsão.

"Se o segundo trimestre foi assim, não vejo motivos para que investimento se recupere no terceiro trimestre. Não se vê sinal de decisões relevantes (no terceiro tri), pelo contrário, é um trimestre de revisões", diz. "Vai demorar bastante e para se recuperar e não se sabe bem quanto".

ANÁLISE DO PIB - ÓTICA DA DEMANDA

Em %, contra o trimestre anterior



Consumo das famílias



Gastos do Governo



Investimentos



Exportação



Importação



Retomada lenta

Na avaliação de Alessandra, da Tendências, os dados divulgados nesta sexta reforçam uma retomada lenta e gradual da economia, mas há espaço para uma recuperação mais robusta em 2019.

"No fundo, a gente vê uma economia que cresce muito muito devagar, mas por outro lado a indústria tem osciosidade e estamos com os fundamentos macro em ordem. Apesar da questão fiscal, que precisa ser resolvida, temos o teto de gastos, inflação controlada e juros muito baixos", explica.

Essa tração mais forte depende, de acordo com a economista, da volta da confiança, tanto das famílias para consumir quanto dos empresários para investir. "E sabemos que boa parte disso depende de eleições", pondera. "O problema é que caímos muito (na recessão). Nossa expectativa é de uma uma volta para o nível do PIB de 2014 em 2021, talvez só em 2022."

"(A economia) vai demorar bastante e para se recuperar e não se sabe bem quanto", diz José Francisco, do Fator.



Virene Matesco aponta que o desemprego ainda está muito alto e é preciso atenção ao grande índice de pessoas endividadas e inadimplentes. "Mas estamos vagarosamente saindo do atoleiro".

Ela considera significativa a variação nula da agropecuária, que costuma ser o carro-chefe da economia. "Isso é preocupante em termos de inflação para o futuro, teremos pressão grande da agropecuária, e a desvalorização cambial pode contaminar os preços", afirma.

Segundo ela, como o país não terá uma safra de grandes ofertas, com essa variação zero significando plantio igual do ano passado, "a oferta de alimentos não deverá ter aquele boom que vivemos no ano passado".

VARIAÇÃO TRIMESTRAL DOS SETORES

Em %, contra o trimestre anterior



FONTE: IBGE



Informações atualizadas em: 31/09/2018

Variação trimestral dos setores do PIB no 2º trimestre de 2018 (Foto: Juliane Monteiro/G1)

Virene diz que o consumo das famílias, que é o motor da economia do lado da demanda e representa, no destino da produção, quase 64% do PIB, teve uma recuperação muito tímida em comparação com o 1º trimestre, mas em relação ao 2º trimestre do ano anterior e nos últimos 12 meses as variações de 1,7% e 2,3%, respectivamente, são bastante positivas.

"O que confirma uma trajetória positiva, embora tímida, mas esse consumo vem se recuperando aos poucos", diz.

Em relação aos investimentos e a queda da indústria, Virene considera que há ainda um clima de insegurança, que acaba levando incerteza para quem quer investir.

"O investimento é algo que você olha para o amanhã, mas o consumo é o hoje. Você só investe no amanhã se você tiver expectativa positiva com relação ao que você vai ver no amanhã".

Segundo ela, o tombo da indústria, de -0,6%, foi consequência quase direta da greve dos caminhoneiros, mas também há incertezas em meio ao cenário eleitoral e às medidas que serão tomadas pelo próximo governo.

"Tudo isso mostra claramente um compasso de espera. Quando você toma decisão de investimento você compra equipamentos e tem custos. Se não há expectativa mais favorável, você adia essa compra".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: PIB cresce 0,2% no segundo trimestre de 2018

Veículo: Agência Brasil

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/pib-cresce-02-no-segundo-trimestre-de-2018>

PIB cresce 0,2% no segundo trimestre de 2018

Soma das riquezas totalizou R\$ 1,693 trilhão em valores correntes

Publicado em 31/08/2018 - 09:26 e atualizado em 31/08/2018 - 11:10

Por Nielmar Oliveira - Repórter da Agência Brasil

O Produto Interno Bruto do país (PIB) – a soma de todas as riquezas produzidas – fechou o segundo trimestre do ano com crescimento de 0,2% em relação ao primeiro trimestre, na série com ajuste sazonal. Esse foi o sexto resultado positivo após oito variações negativas consecutivas nessa comparação. Em valores correntes, o PIB totalizou R\$ 1,693 trilhão. A informação foi divulgada hoje (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados indicam que a ligeira alta foi determinada pelo setor de serviços que teve desempenho positivo de 0,3%, enquanto a Indústria registrou queda de 0,6% e a agropecuária, estabilidade.

Em relação ao segundo trimestre de 2017, o crescimento foi de 1% no segundo trimestre deste ano, o quinto resultado positivo consecutivo nessa comparação. A indústria e os serviços cresceram 1,2%, enquanto a Agropecuária variou -0,4%.

Em relação à demanda, o consumo das famílias cresceu 1,7% – o quinto trimestre seguido de avanço na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

No acumulado dos quatro últimos trimestres, o PIB cresceu 1,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Serviços

Responsável direto pela expansão de 0,2% do PIB do primeiro para o segundo trimestre do ano, ao crescer 0,3%, o setor de Serviços (que responde por cerca de 70% da economia do país) teve como destaque positivo as atividades de informação e comunicação e imobiliária, ambas com expansão de 1,2%; seguidas das atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,7%) e de outras atividades de serviços (0,7%).

Por outro lado, as principais quedas foram verificadas nas atividades de transporte, armazenagem e correio, com -1,4%, Comércio (-0,3%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,2%).

Já a indústria, ao cair 0,6%, teve as áreas de transformação e de construção em destaque, ambas com queda de 0,8% do primeiro para o segundo trimestre do ano. O comportamento do setor industrial foi seriamente comprometido pela greve dos caminhoneiros, em maio.

A despesa de consumo das famílias e a despesa de consumo do governo tiveram variações positivas de, respectivamente, 0,1% e 0,5%. Já a formação bruta de capital fixo recuou 1,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No setor externo, as exportações de bens e serviços reduziram-se 5,5%, enquanto as importações de bens e serviços recuaram 2,1% em relação ao primeiro trimestre de 2018.



Semestre

O crescimento de 0,2% do PIB no segundo trimestre do ano levou à expansão acumulada de 1,1% no primeiro semestre em relação a igual período do ano passado, depois de ter fechado o segundo semestre do ano passado também em alta: 1,8%.

O crescimento de 1,4% verificado nos serviços e na indústria compensou a queda de 1,6% registrada na agropecuária. Na indústria, contribuíram para a alta as atividades das indústrias de transformação, que cresceram 2,8%, seguidas da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e de gestão de resíduos, ambas com 1,9%. Por outro lado, a construção e as indústrias extrativas caíram no primeiro semestre do ano, respectivamente, 1,7% e 0,6%.

Nos serviços, apenas informação e comunicação (-1,4%) tiveram resultado negativo. O maior avanço foi no comércio (3,2%), seguido das atividades imobiliárias (2,9%) e de transporte, armazenagem e correio (1,9%).

A despesa de consumo das famílias aumentou 2,3% e a despesa de consumo do governo recuou 0,3%.

Já no setor externo, houve crescimento de 7,3% nas importações de bens e serviços e de 1,3% nas exportações de bens e serviços.



Ano

O crescimento acumulado da economia brasileira nos quatro últimos trimestres foi de 1,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. De julho do ano passado até junho deste ano, todos os setores da economia fecharam com resultados positivos, com destaque para os 2% de expansão da agropecuária. A indústria e os serviços cresceram no período 1,4%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (ampliação da capacidade produtiva futura) dos últimos quatro trimestres subiu 2,6% – primeiro resultado positivo desde o segundo trimestre de 2014 – e a Despesa de Consumo das Famílias aumentou 2,3% – terceira alta seguida.

Já a despesa de consumo do governo manteve a trajetória de queda, ao fechar em -0,4%. No setor externo, foram registradas altas de 4,7% nas exportações de bens e serviços e de 7,1% nas importações de bens e serviços.

Revisão de resultados

Ao divulgar os resultados da economia brasileira para este segundo trimestre do ano, o IBGE revisou para baixo o resultado do PIB do primeiro trimestre. Segundo o Instituto, a economia variou 0,1% de janeiro a março deste ano e não os 0,4% inicialmente divulgado.

Já a alta de 0,2% referente ao quarto trimestre do ano passado foi revisada para estagnação (0%). A alta de 0,3% do terceiro trimestre do ano passado, no entanto, virou crescimento de 0,6%.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: STF autoriza terceirização irrestrita

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

STF autoriza terceirização irrestrita



O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou nesta quinta-feira (30/08), por 7 votos a 4, a constitucionalidade da terceirização de atividades, meio ou fim, das empresas.

Os ministros analisaram dois casos anteriores à lei da terceirização. Um deles referente à legalidade de decisões da justiça do trabalho proibindo a terceirização em alguns setores. O outro sobre a possibilidade de terceirização da atividade-fim.

Votaram a favor da terceirização os ministros Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Carmen Lucia.

Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio abriram divergência votando contra a terceirização.

A lei que permite a terceirização de todas as atividades foi sancionada em 2018 pelo presidente da República, Michel Temer.

Confira mais sobre o assunto amanhã, 31/08, no **CBIC Mais**.

(Com informações da Folha de S.Paulo)



Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 30/08/2018 / EDIÇÃO 6142](#)

Segs

[Mercado imobiliário de alto padrão investe em sustentabilidade](#)

Estadão

[Por que fundo imobiliário pode ser boa opção nesse momento](#)

AGENDA

SETEMBRO

11 – Seminário Revisão do Sinapi

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO



SEMINÁRIO REVISÃO DO SINAPI

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



'ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS'

O SINDUSCON-AM, em parceria com Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), promove o Seminário sobre Revisão do Sinapi. Gerenciado pela Caixa Econômica Federal, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) é uma ferramenta para previsão orçamentária e planejamento de programas governamentais que envolvam execução de obras.

PUBLICO ALVO

- Dirigentes de construtoras e orçamentistas, engenheiros e arquitetos
- Contratantes de obras da União, do Estado e Município
- Representantes regionais da Caixa no Estado
- Representantes dos organismos fiscalizadores e normalizadores (CREA, TCE, Ministério Público e Polícia Federal).

PALESTRANTES

- Geraldo de Paula Eduardo – engenheiro civil, consultor da COP/CBIC e gestor do Projeto de Revisão do Sinapi pela CBIC
- Luciana Andrade – engenheira civil, responsável pela Área de Orçamentos do SINDUSCON-PE
- Mauro Fernando Martins de Castro – arquiteto e gerente executivo do Sinapi da Caixa Econômica Federal

**11 DE
SETEMBRO**

FIEAM – auditorio Auton
Furtado, Av. Joaquim
Nabuco, nº 1919 – Centro

Horário
18h às 21h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

- atendimento@sinduscon-am.org.br
- (92) 3622-6525
- (92) 98413-6962

